



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS V - JOÃO PESSOA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS
CURSO DE BACHARELADO EM ARQUIVOLOGIA**

EVELINE SUELLEN MONTEIRO DE LIRA

**O INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO PARAIBANO: Olhares da
Arquivologia sobre um arquivo local**

**JOÃO PESSOA
2017**

EVELINE SUELLEN MONTEIRO DE LIRA

**O INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO PARAIBANO: Olhares da
Arquivologia sobre um arquivo local**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Programa de Graduação em Arquivologia
da Universidade Estadual da Paraíba, como
requisito à obtenção do título de graduada em
Arquivologia.

Área de concentração: Arquivologia

Orientador: Prof. Dr. Ramsés Nunes e Silva.

JOÃO PESSOA
2017

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

L768) Lira, Eveline Suellen Monteiro de.
O Instituto Histórico e Geográfico Paraibano [manuscrito] : olhares da arquivologia sobre um arquivo local / Eveline Suellen Monteiro de Lira. - 2017.
26 p. : il. colorido.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquivologia) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Biológicas e Sociais Aplicadas, 2017.

"Orientação : Prof. Dr. Ramsés Nunes e Silva, Coordenação do Curso de Arquivologia - CCBSA."

1. Instituições históricas. 2. Arquivo do IHGP. 3. Práticas arquivísticas.

21. ed. CDD 025171 4

EVELINE SUELLEN MONTEIRO DE LIRA

O INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO PARAIBANO: Olhares da Arquivologia
sobre um arquivo local

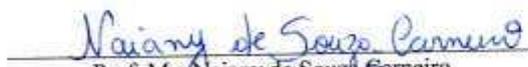
Artigo apresentado ao Programa de Graduação
em Arquivologia da Universidade Estadual da
Paraíba, como requisito à obtenção do título de
graduada em Arquivologia.

Área de concentração: Arquivologia

Aprovada em: 04/12/2017.

BANCA EXAMINADORA


Prof. Dr. Ramsés Nunes e Silva (Orientador)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)


Prof. Ma. Naiany de Souza Carneiro
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)


Prof. Dr. José Jassuipe da Silva Moraes
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

À minha mãe, pelo maior amor do mundo a mim dedicado, pelo incentivo desde quando pensei em cursar Arquivologia e por sempre acreditar em mim, DEDICO.

AGRADECIMENTOS

Aos meus familiares e ao meu marido, pela presença, apoio e incentivo.

Ao meu orientador, pela paciência e contribuição com suas valiosas orientações.

Aos professores do Curso de Graduação da UEPB que contribuíram ao longo deste percurso, por meio das disciplinas e debates, para o meu desenvolvimento como profissional.

Em especial a professora Mara Cordeiro (*in memoriam*), com saudosa lembrança.

Aos colegas de classe pelos momentos de amizade e apoio.

“A idéia de paraibanidade faz crer num tipo de homem específico nos sentimentos e nos modos de agir, modelado pelo espaço. A inclinação para a paz, a bravura para a resistência, o republicanismo.”

(Margarida Maria Santos Dias)

SUMÁRIO

1	Instituições histórico-arquivísticas e a fundação do Brasil.....	07
2	Uma instituição arquivística paraibana	11
3	História e memória do instituto histórico paraibano: a “paraibanidade”... 	14
4	Escritores, fontes e textos do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano... 	16
5	Estrutura, Organização e Práticas Arquivísticas do IHGP	18
6	Conclusão	24
	Referências	26

O INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO PARAIBANO: Olhares da Arquivologia sobre um arquivo local

Eveline Suellen Monteiro de Lira*

RESUMO

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro foi criado em 1838 para construir uma história brasileira. Outro importante foco de tal instituição era descobrir quais as bases estruturais da identidade cultural brasileira. Para isto, foi necessário criar instituições afins, em todo o território brasileiro, que investigassem as origens do povo brasileiro e se construísse assim uma única história, tornando esta nação única e coesa. Uma destas instituições foi o Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, o qual foi por muito tempo o mais importante centro de produção histórico-cultural da Paraíba. Esta pesquisa teve por finalidade relatar como se encontra atualmente o arquivo desse instituto, bem como observar quais as práticas arquivísticas estão sendo aplicadas ou mesmo se há ausência destas. Nossa metodologia foi o mapeamento das práticas arquivísticas do instituto paraibano a partir do acervo, dos profissionais e do espaço da instituição. Por fim, constatamos que o arquivo ainda apresenta alguns problemas, como a falta do profissional arquivista e procedimentos técnicos de preservação e conservação do acervo. Isto demonstra que ainda há muito a ser realizado em termos de valorização do profissional qualificado para realizar o trabalho em arquivo, das práticas arquivísticas e da conscientização da importância dos arquivos para a sociedade.

Palavras-Chave: Instituições históricas. Arquivo do IHGP. Práticas arquivísticas.

1. INSTITUIÇÕES HISTÓRICO-ARQUIVÍSTICAS E A FUNDAÇÃO DO BRASIL

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB)¹ foi criado em 1838, com o objetivo de criar uma história da nação recém-independente, ou seja, descobrir quais as bases da identidade cultural brasileira. As pesquisas realizadas dentro do instituto tinham a finalidade de explorar a geografia e a história desta nova e desconhecida nação que “precisava de um passado glorioso do qual pudesse se orgulhar” (REIS, 2006, p. 25).

A Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (SAIN) foi criada em 1827 orientada por ideias iluministas, de progresso e desenvolvimento, e propôs que houvesse um instituto que fomentasse pesquisas sobre a nova nação. Portanto, o IHGB incentivaria pesquisadores a

* Aluna de Graduação em Arquivologia na Universidade Estadual da Paraíba – Campus V.
Email: evelirajp@yahoo.com.br

¹A partir do trecho específico, faremos uma abreviatura.

pensarem a história brasileira. Para estimular essas pesquisas foi oferecido um prêmio para quem elaborasse o melhor projeto de história do Brasil.

Em 1845, Karl Phillip Von Martius ganha o prêmio pela obra *Como se deve escrever a história do Brasil*, na qual propõe um mito da democracia racial brasileira. Conforme o entendimento de Guimarães (1988, p. 16):

[...] Von Martius define as linhas mestras de um projeto historiográfico capaz de garantir uma identidade – especificidade à Nação em processo de construção. Esta identidade estaria assegurada, no seu entender, se o historiador fosse capaz de mostrar a missão específica reservada ao Brasil enquanto Nação: realizar a idéia da mescla de três raças, lançando os alicerces para a construção do nosso mito da democracia racial.

Em seu texto, Von Martius defende que haveria três sujeitos que colaboraram para tecer a identidade brasileira: o português colonizador, o índio e o negro. Entretanto, esses personagens não teriam um papel igualmente importante, na escrita dessa história.

Ao português caberia o papel de destaque, pois foi o conquistador, o civilizador desta nação. Através dele, os outros atores conheceriam a moral, os costumes e a única fé aceitável; aos indígenas e negros caberia o papel secundário. Aquele era tido como selvagem, exótico, primeiro habitante desta terra sem lei, e deveriam ser civilizados; já os negros foram marginalizados nesse processo identitário, pois traziam as marcas da escravidão, eram portanto seres inferiores.

Francisco Adolfo de Varnhagen foi um pesquisador que elaborou vários trabalhos relativos ao Brasil, frutos de viagens percorrendo o extenso território até então pouco explorado do Brasil. Em 1850, publica *História Geral do Brasil*. Em seus textos, pode-se perceber a exaltação do ideal português e da soberania do príncipe regente. Varnhagen era monarquista e resguardava a figura do imperador. Era tudo que o imperador precisava, da construção de uma história repleta de glórias, participando deste passado como eixo central. De acordo com Reis (2006, p. 25):

Era preciso encontrar no passado referências luso-brasileiras: os grandes vultos, os varões preclaros, as efemérides do país, os filhos distintos pelo saber e brilhantes qualidades, enfim, os luso-brasileiros exemplares, cujas ações pudessem tornar-se modelos para as futuras gerações.

O IHGB será o local de produção historiográfica brasileira durante o século XIX e decidirá o que será considerado ou não pertinente a história, será através do instituto que será validado

os eventos históricos que serão exaltados e o que serão marginalizados, o que deverá ser lembrado e o que deverá ser esquecido.

Tudo que foi produzido no IHGB corroborava com os ideias monarquistas, pois seus membros em sua maioria eram defensores do Império. Os candidatos a uma vaga no instituto faziam parte da elite intelectual e monarquista. Tanto que para se tornar membro do instituto era importante estabelecer boas relações sociais. Em sua maioria, os integrantes do IHGB eram funcionários públicos, magistrados, militares e burocratas.

Importante destacar que em 1 de dezembro de 1938 o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro passa a receber considerável ajuda do Estado Imperial, uma vez que:

[...] para a realização de seus projetos especiais, tais como viagens exploratórias, pesquisas e coletas de material em arquivos estrangeiros, o IHGB se via obrigado a recorrer ao Estado com o pedido de verbas extras, pode-se avaliar como decisiva a ajuda do Estado para a sua existência material (GUIMARÃES, 1988, p. 9).

Esta intervenção vai se consolidar ainda mais com as novas instalações do IHGB no Paço da Cidade, a 15 de dezembro de 1849. O monarca torna-se assim financiador de grande parte das pesquisas, bem como um participante assíduo das atividades ali realizadas. Sendo assim, consagra-se como figura ativa e atuante nas reuniões da Casa.

A *Revista do IHGB* será o instrumento pelo qual o pensamento da história brasileira será divulgado; logo em seu número inaugural traria um artigo que definiria o perfil da instituição: seguidora das tradições iluministas europeias. Além de traçar um perfil do Brasil por meio de artigos que narram a geografia e a história brasileira; em suas páginas haviam de ser lidas também biografias de pessoas consideradas ilustres à pátria. Segundo Guimarães (1988, p.15):

A *Revista do IHGB*, penetrada da concepção exemplar da história, abre uma rubrica em seu interior dedicada às biografias, capazes de fornecerem exemplos às gerações vindouras, contribuindo desta forma também para a construção da galeria dos heróis nacionais.

O IHGB ofereceria uma visão geral e homogênia do Brasil. Tarefa difícil, porque as distâncias geográficas e culturais dificultavam o alcance desse objetivo (REIS, 2006, 27). Portanto, a solução encontrada foi a criação de outras instituições com igual finalidade e subordinadas a sede (localizada no Rio de Janeiro) que coletariam dados sobre as diversas regiões do país.

Publicada trimestralmente, a revista do IHGB abordava assuntos relacionados ao próprio instituto (relatórios de atividades, divulgação de cerimônias, atos comemorativos, artigos, biografias, resenhas de obras). No que concerne as principais temáticas publicadas, podemos elencar: a questão dos indígenas, os resultados das viagens e explorações científicas e os debates sobre a construção da história. Muitos dos artigos apresentam essas discussões imbricadas, dando predominância sempre a relação do índio com a construção da ideia de Nação.

O acervo documental conforme supracitado versará principalmente sobre a cultura indígena. Dentre os diversos aspectos estudados estão as línguas indígenas, as diversas tribos existentes no país, os costumes, a cultura, o contato com os jesuítas através da catequese e como mão de obra para o trabalho.

Durante o século XIX, o mundo vivia a influência exercida pelo positivismo e no Brasil não era diferente. O positivismo de Comte e o Evolucionismo de Spencer estavam entre as principais correntes filosóficas disseminadas nas faculdades de Direito. Logo estas ideias encontraram simpatizantes e adeptos (LIMA FILHO, 2004, p. 7)

Quando o pensamento positivista de Auguste Comte chegou ao Brasil, a monarquia ainda era o regime de governo. Nesta época, já muitos eram contra o sistema monárquico, assumindo ideais mais liberais. No período do Segundo Reinado havia dois grupos políticos antagônicos: o liberal e o conservador. O primeiro, simpatizante da República; o segundo, da Monarquia. Essas forças opostas eram expressas pela atuação dos partidos liberal e conservador e defendiam diferentes formas de governo (LIMA FILHO, 2004, p.11).

Antes da chegada do pensamento positivista ao Brasil, os jovens estudavam os mais variados autores e não existia uma linha de pensamento norteador que os guiasse aos seus objetivos. No entanto, com a fundação da Sociedade Positivista, no Rio de Janeiro, em 1876, isto iria mudar. Miguel Lemos, Teixeira Mendes e Pereira Barreto lançaram suas obras, sendo este último, o autor da primeira obra positivista publicada no país. Outros importantes adeptos do positivismo foram Paulo Egydio, Alberto Salles, João Monteiro, Pedro Lessa e José Mendes.

Sobre a influência exercida pela ideologia positivista no espírito dos jovens da época, Cruz Costa (apud LIMA FILHO, 2004, p. 22) afirma:

“foi em virtude da pregação das idéias de Comte na Escola Militar, por Benjamin Constant, que se conseguiu, para a propaganda republicana, o

apoio mais decisivo para o advento do regime republicano no Brasil: o da juventude militar”.

Portanto, embora já conhecido dos estudantes da Escola Militar, o positivismo quando propagado por Benjamin Constant ganhou ainda mais força. É o que reforça Lima Filho (2004, p. 26) na afirmação: “[...] a República foi feita pela oficialidade jovem, que dominou de 1889 a 1894. E, na formação da mentalidade dos jovens oficiais, teve papel preponderante Benjamin Constant Botelho de Magalhães”.

É importante deixar claro que havia os que seguiam à risca a doutrina de Auguste Comte; sendo, portanto, adeptos de suas ideias, os chamados de positivistas ortodoxos; já outros, apenas seguiam influenciados por alguns dos seus pensamentos, os não ortodoxos.

Para Lima Filho (2004, p.26), foram os não ortodoxos que se empenharam na proclamação da República, sendo Benjamin Constant de Magalhães uma peça-chave na conquista de jovens oficiais simpatizantes do novo regime que se queria proclamar no Brasil. Algumas reivindicações propostas pelo novo regime eram a separação entre a Igreja e o Estado e o regime presidencialista (LIMA FILHO, 2004, p. 21).

2. UMA INSTITUIÇÃO ARQUIVÍSTICA PARAIBANA

Conforme observamos no tópico anterior, o IHGB nasceu com o objetivo de elaborar uma história oficial da formação do Brasil; para isto, utilizou-se da ideia da mescla de três raças fundadoras da Nação. Era necessário unir o país; torná-lo único. Neste contexto, percebeu-se a necessidade da criação de institutos, nas províncias, os quais seriam responsáveis pela coleta de dados importantes para a construção da historiografia nacional. De acordo com Dias (1996, p.33):

[...] a política mais importante do IHGB foi o incentivo à fundação dos Institutos Históricos e Geográficos locais, com o objetivo precípuo das produções de histórias regionais e catalogação de fontes para percorrer o caminho de volta (ao IHGB) e contribuir para a formulação da história geral do Brasil.

Sendo assim, a província da Paraíba também seria contemplada com este espaço de pesquisa e também teria a missão de criar sua identidade. A prova dessa intenção está publicada na revista de número 01 do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, que determina sobre sua finalidade:

Artigo 1º - Fica fundado o Instituto Histórico e Geográfico Parahybano, com a sua sede nesta capital, tendo por objecto reunir, conservar e publicar todos os documentos relativos á historia, geographia, archeologia e ethnografia do Estado, e bem assim proceder a estudos e indagações sobre os mesmos materiais (Estatuto do IHGP, Revista 01.p. 11, 1909)

Portanto, no dia 07 de setembro de 1905 é fundado o Instituto Histórico e Geográfico Paraibano (IHGP)², com sede na capital João Pessoa, e que terá a função de reunir e estudar os grandes feitos e personalidades que compõem a história da formação e fundação da Paraíba. É fulcral não esquecer que a função do instituto local coaduna com os ideais da sua matriz e igualmente apresenta sócios fundadores representantes da elite. Sobre isto, Dias (1996, p.36) afirma que:

Os fundadores do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, em linhas gerais, tinham grandes semelhanças com os fundadores do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Também tinham como atividade principal cargos públicos e ou burocráticos. Tinham formação idêntica construída, principalmente, nos bancos escolares do Liceu Paraibano e/ou na Faculdade de Direito do Recife. Ocuparam cargos políticos chaves na política paraibana. [...] Profissionalmente, eram médicos, militares, jornalistas. Tiveram atuação importante na imprensa local.

Embora o IHGP tenha surgido já no século XX, a sociedade letrada/intelectual ainda estava sob a forte influência do positivismo. Para os fundadores do IHGP, ainda influenciados pelo positivismo do recém-terminado século XIX, era imprescindível buscar a objetividade dos fatos através de vestígios históricos e conseguir comprová-los empiricamente. No entanto, os sujeitos históricos que estudariam a História da Paraíba, representantes de um determinado grupo social, fariam isso de forma parcial, considerando sempre como protagonistas da História os “grandes heróis”.

Para compreender como os sócios fundadores do Instituto o conceituariam, é primordial conhecer o que eles escreviam nas páginas da sua revista. Já em 1937, o Cônego Florentino Barbosa escreve sobre a função do IHGP:

Era intenção do Instituto reabilitar o verdadeiro patriotismo,[...]. Desta maneira os trabalhos do novo sodalício iam continuando com a maior

² A partir do trecho específico, faremos uma abreviatura.

regularidade, tendo em mira não só a celebração das datas nacionaes, senão também as pesquisas historicas que eram feitas nos nosso arquivos. [...] Além disso, promovia, com o interesse das organizações nascentes, as investigações sobre as relíquias dos nossos antepassados e esforçava-se por transportar para o Estado os restos mortaes dos parahybanos illustres que falleceram fora d'elle [...] (Revista 9, 1937, p.6).

Nas páginas da Revista, os sócios do IHGP também escreviam artigos sobre a importância do instituto e do trabalho por eles desenvolvido, assim como para a construção da história paraibana sem a qual os paraibanos não conseguiriam ter um senso de patriotismo, de amor a sua terra e a suas raízes. Ainda sobre isso declara Celso Mariz, em 1958:

A história da Paraíba só foi reunida e mais ou menos desenvolvida até hoje devido ao Instituto Histórico, ao espírito que o anima, à sua vida coletiva ou dos sócios que de qualquer modo o representam. Prosseguimos em reuniões para a exaltação das grandes datas e dos heróis da nacionalidade, [...]. Comemorámos o centenário da revolução de 1817 com festas retumbantes [...]. Todos os grandes mortos da construção brasileira, [...] são ou serão nomes nos altares do nosso Templo (Revista 13, 1958, p.27).

Após a leitura destes trechos das revistas de 1935 e 1958 (e embora haja 23 anos entre as duas declarações) podemos perceber que o instituto esteve preocupado em escrever a história da Paraíba como progresso por meio dos sucessivos eventos históricos desde sua fundação, considerando apenas os grandes heróis, ou o que eram validados como grandes heróis pelos estudiosos da época, a comemoração das datas consideradas importantes.

Os temas abordados nas páginas da revista tratavam ainda segundo Celso Mariz:

“[...] sôbre as tradições indígenas, sobre os fundamentos da capitania, o domínio holandês, a independência, as revoluções liberais, a escravidão, o folclore e tantas outras curiosidades e primazia físicas e sociais do nosso Estado (Revista 13, 1958, p. 30-31)”.

Todos estes temas iam numa crescente para construir as bases da história paraibana e brasileira. A Paraíba fazia parte desse projeto de construção nacional e precisava construir a sua história. A história local que deveria seguir o modelo proposto pelo IHGB, calcada no positivismo e no patriotismo, dando ao paraibano uma ideia de quem era esse paraibano, demonstrando sua grandeza, seu espírito de amor à pátria e sua “paraibanidade”.

3. HISTÓRIA E MEMÓRIA DO INSTITUTO HISTÓRICO PARAIBANO: A “PARAIBANIDADE”

O Instituto Histórico e Geográfico Paraibano (IHGP) iria preencher uma lacuna na historiografia paraibana visto que, naquela época, –meados de 1905 – não havia uma história representativa da Paraíba e de seu povo. Sobre isto, Dias (1996, p. 36) afirma:

O que constatavam era a existência de uma crônica sobre a Paraíba, muito ligada a Pernambuco e ao Brasil. Não havia a História da Paraíba. A fundação do IHGP previa, além da organização das fontes e outras tarefas tidas como importantes, o objetivo maior de escrever a história da Paraíba (...) e, através dela, demonstrar a grandeza desse Estado. (DIAS, 1996, p.36)

Podemos dizer que a busca desta essência, desta origem, desta “identidade paraibana” é o que se pode chamar de “paraibanidade”. Através dela, os paraibanos teriam uma história independente de Pernambuco, dando-lhes uma certa “autonomia histórica”. Conheceriam assim sua grandeza geográfica, histórica, heroica, de grandes nomes e batalhas vencidas.

O sentimento de ser paraibano deveria ser definido como “Paraibanidade”. Os paraibanos, segundo os intelectuais do IHGP, deveriam conhecer sua história para se identificar, nela se reconhecer e dela se orgulhar. Para isto, argumentavam que era preciso ter uma história, uma memória que o fizesse ter o sentimento de pertencimento a sua terra.

Tudo começaria com a história de fundação da cidade e dos personagens que contribuíram heroicamente para construí-la. A memória que se criou foi que a fundação da cidade aconteceu a partir da paz, contrariando o esperado, ou seja, as lutas, os conflitos, o derramamento de sangue tão frequente na história do Brasil. E até nisto, haveria uma “nobreza” que diferenciaria este povo, a civilidade do paraibano já teria se iniciado desde os primórdios. Dias (1996, p. 51) observa como este simulacro foi elaborado na história paraibana construída:

Essa “nova civilização” se diferenciou de toda a sociedade brasileira porque nasceu da paz. Não foram as lutas, e não foi o trucidamento da cultura indígena que proporcionaram esse novo espaço. Foram expedições portuguesas que tiveram muito trabalho em ocupá-lo, mas elas são descritas como os vários capítulos de uma epopeia, onde o final feliz foi o

“convencimento”, traduzido no acordo com a parte “boa” indígena, de que esse seria o melhor caminho para o que viria a ser a Paraíba.[...] Mais do que um momento de paz, destoante do que acontecia em toda a sociedade brasileira que se formava, esse período só foi possível graças às pessoas de João Tavares e Piragybe. A diplomacia de um e a inclinação à paz do outro possibilitou o acordo que em 05 de agosto de 1585 fez surgir uma nova cidade na então colônia portuguesa.

Um outro momento histórico que irá servir para glorificar a bravura do povo paraibano será a resistência às invasões holandesas. É destacada a participação de soldados paraibanos na lutas, a ajuda paraibana neste importante momento de resistência e defesa do território brasileiro. O envio de soldados paraibanos à Bahia reforça a bravura do paraibano que não foge à luta e ao seu sentimento patriótico.

Desde a sua fundação, o instituto é financiado pelo Estado, o qual atende as demandas necessárias a sua manutenção básica de funcionamento; todavia, em alguns momentos este financiamento não aconteceu, tornando a publicação da Revista intermitente. Fato justificado pelo Estado não poder arcar com as despesas devido a dificuldades financeiras (DIAS, 1996, p.45). Aliás, o Estado irá patrocinar desde o espaço de funcionamento da sede na qual as atividades do instituto são realizadas, até os recursos financeiros para a realização das pesquisas, estudos e a publicação da revista.

O IHGP será, durante muitos anos, o produtor e difusor de conhecimento da historiografia paraibano mais importante e influente. Dias (1996, p. 16) corrobora esta afirmação quando declara que “Encontramos no Instituto Histórico e Geográfico e especificamente no seu grupo fundador os primeiros historiadores a se preocuparem com a sistematização da história local, sua preservação e difusão”.

As publicações da Revista do IHGP eram organizadas por seções, as quais são compostas por quatro: A Crônica Social (conferências, sessões, relatórios), Os mortos (homenagens póstumas aos associados), a Bibliografia (produções acadêmicas) e as Atas das sessões (descrição das atividades cotidianas do instituto) (DIAS, 1996, p.46).

Outro ponto interessante das atividades do instituto foi a elaboração de um calendário de datas a serem comemoradas, como o 05 de agosto de 1985, a resistência as invasões holandesas, a Revolução de 1917 e o 15 de novembro de 1885 (DIAS, 1996, p.50).

4. ESCRITORES, FONTES E TEXTOS DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO PARAIBANO

A história oficial da Paraíba foi concebida segundo a visão de História de seus associados, muito atrelada aos fundamentos da sua filial, o IHGB; e aos ideais positivistas. À época, os institutos locais deveriam pensar a história, elaborá-la e referendá-la através da escrita, ou seja, o registro oficial legitimado pelos institutos.

Sabe-se que os intelectuais que escreveram para a Revista eram parte da elite letrada paraibana, segundo Silva (1999, p. 169) dentre os autores mais produtivos estão Coriolano de Medeiros, Francisco Gomes de Lima, Florentino Barbosa, Irineu Pinto, José Leal, José Otávio de Arruda Melo, Sebastião de Azevedo Bastos, Wilson Seixas, João da Veiga Júnior e Celso Mariz.

Entre 1909 e 1993 os assuntos mais presentes nas páginas da Revista são: História da Paraíba, Política, Biografia, Religião, História do Brasil, Geografia da Paraíba, Medicina, Genealogia, Imprensa e Arqueologia (SILVA, 1999, p.170).

Os textos versavam sobre a história da fundação da Paraíba, a invasão holandesa, a Revolução de 1917, a Proclamação da República, a situação social e econômica do sertão paraibano, a indústria da seca, a educação como responsabilidade maior da família, mas também a figura importante da escola e do professor. Em outros textos pode-se encontrar o tema da escravidão, focado como uma vergonha para a história brasileira e a luta dos negros para conseguir a libertação com a Lei Áurea (SILVA, 1999).

Há textos que problematizam o êxodo rural como um problema recorrente, suas causas e consequências. As mudanças econômicas, sociais e culturais que afetam a capital João Pessoa nas décadas 10 e 20, desde a industrialização, urbanização, abastecimento d'água, saneamento, transportes, escolarização, saúde, etc.

A questão feminina também é enfocada em vários textos do IHGP, o movimento feminista, a emancipação, seu papel na sociedade, as mudanças sociais decorrentes das novos espaços que começam a ser ocupados por elas, tudo isto é também assunto debatido nas páginas da Revista.

Em termos quantitativos, podemos identificar os temas usuais, as recorrências, as polêmicas e demais searas de estudo do IHGP, embora não tenha se apresentado como proposta inicial de nosso trabalho uma análise.

ANO	REVISTA	NÚMERO
1909	Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, João Pessoa, PB.	1
1910	Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, João Pessoa, PB	2
1911	Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, João Pessoa, PB.	3
1912	Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, João Pessoa, PB.	4
1922	Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, João Pessoa, PB.	5
1928	Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, João Pessoa, PB.	6
1932	Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, João Pessoa, PB.	7
1935	Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, João Pessoa, PB.	8
1937	Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, João Pessoa, PB.	9
1946	Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, João Pessoa, PB.	10
1948	Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, João Pessoa, PB.	11
1953	Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, João Pessoa, PB.	12
1958	Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, João Pessoa, PB.	13
1961	Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, João Pessoa, PB.	14
1964	Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, João Pessoa, PB.	15
1968	Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, João Pessoa, PB.	16
1969	Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, João Pessoa, PB.	17
1970	Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, João Pessoa, PB.	18
1971	Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, João Pessoa, PB.	19
1974	Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, João Pessoa, PB.	20
1975	Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, João Pessoa, PB.	21
1979	Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, João Pessoa, PB.	22
1984	Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, João Pessoa, PB.	23
1986	Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, João Pessoa, PB.	24

1991	Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, João Pessoa, PB.	25
1995	Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, João Pessoa, PB.	26
1995	Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, João Pessoa, PB.	27
1995	Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, João Pessoa, PB.	28
1996	Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, João Pessoa, PB.	29
1998	Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, João Pessoa, PB.	30
1999	Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, João Pessoa, PB.	31
2000	Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, João Pessoa, PB.	32
2000	Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, João Pessoa, PB.	33
2001	Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, João Pessoa, PB.	34
2001	Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, João Pessoa, PB.	35
2012	Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, João Pessoa, PB.	42

Fonte: Site do IHGP e Acervo da Biblioteca.

5. ESTRUTURA, ORGANIZAÇÃO E PRÁTICAS ARQUIVÍSTICAS DO ARQUIVO DO IHGP

Antes de apresentarmos o Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico, é interessante esclarecer algumas definições básicas sobre arquivo. A primeira delas é compreender o que a Lei 8.159/91 (BRASIL, 8.159/91) entende como arquivo. Segundo a Lei:

Art. 2º Consideram-se arquivos, para os fins desta lei, os conjuntos de documentos produzidos e recebidos por órgãos públicos, instituições de caráter público ou entidades privadas, em decorrência do exercício de atividades específicas, bem como por pessoa física, qualquer que seja o suporte da informação ou a natureza dos documentos.

O IHGP foi criado como um arquivo de natureza privada, ou seja, alguns importantes representantes da elite local se uniram imbuídos de um ideal nacionalista, ou seja, visando a construção de alicerces de uma história local e nacional. A função de instituto seria de pesquisa científica, publicação de artigos, comemoração de datas e encontros culturais, todas essas atividades contribuiriam para a emancipação histórica e cultural do Estado.

Em seus artigos 11 e 12, a Lei 8.159/91(BRASIL, 8.159/91) discorre ainda sobre a definição de arquivos privados:

Art. 11. Consideram-se arquivos os conjuntos de documentos produzidos ou recebidos por pessoas físicas ou jurídicas, em decorrência de suas atividades.
 Art. 12. Os arquivos privados podem ser identificados pelo Poder Público como de interesse público e social, desde que sejam considerados como **conjunto de fontes relevantes para a história e desenvolvimento científico e nacional** (grifo nosso).

A afirmação destacada no Artigo 12 vai ao encontro do que foi anteriormente discutido, pois o acervo do Instituto é considerado fonte de valor histórico e permanente para a sociedade. Sendo assim, o acervo do IHGP é reconhecido pelo Estado como de interesse público e reconhecido também pela Lei 317, de 1909 como de utilidade pública.

De acordo com o Estatuto do IHGP (1909), em seu Artigo 2, são fins do Instituto:

Organisar um archivo, onde se recolherão em boa guarda, depois de methodicamente colleccionados e catalogados, todos os papeis e objectos de valor historico, geographico, archeologico e ethnologico adquiridos ou produzidos pelo Instituto.

Embora a definição descrita em suas páginas tenha sido escrita bem antes da Lei de Arquivos, esta guarda relação com o que prega os conceitos e técnicas de arquivo, pois nessa afirmação podemos observar princípios aplicados ao trabalho arquivístico, conforme ilustrado na tabela para melhor entendimento e a partir dos conceitos de Paes (2007) e do Dicionário brasileiro de terminologia arquivística (2005):

organizar	Uma das funções básicas de um arquivo é o tratamento da documentação tendo em vista a recuperação da informação quando necessária.
boa guarda	Preservação e conservação dos documentos, os quais remetem a climatização do ambiente, combate aos agentes danosos aos documentos, higienização, procedimentos de segurança e guarda adequada da documentação.
metodicamente catalogados	Descrição dos documentos, ou seja, a identificação do conteúdo dos documentos tendo em vista a elaboração de instrumentos de pesquisa.

produzidos pelo Instituto.	Caráter orgânico do documento, o qual o identifica como documento de arquivo, produzido naturalmente no decurso das atividades de uma instituição.
----------------------------	--

Fonte: Adaptado de Paes (2007) e Dicionário (2005)

Portanto, mesmo com um lapso de tempo tão extenso entre os dois documentos — 1905 e 1991—, ou seja, mesmo com 86 anos de diferença, constatamos que o entendimento dos elaboradores do Estatuto do IHGP está alinhado com o que preceitua os princípios básicos da ciência arquivística. Em outro Artigo, o Estatuto refere-se ao profissional do Arquivo e sua função básica no acervo:

At. 17 Ao Bibliothecario archivista compete:

- 1º Ter sob sua guarda todos os livros do Instituto e trabalhos a que se refere o nº 2 do art 2;
- 2º Organizar os catalogos necessários à boa ordem da bibliotheca e do arquivo;
- 3º Receber e entregar por inventário todos os objectos a que se referem os numeros antecedentes.

Na época de fundação do IHGP, não havia ainda a regulamentação da profissão de Arquivista, pois segundo o Conarq (2017) isto só aconteceria com a Lei N° 6. 546 de 4 de julho de 1978, 73 anos depois da publicação do primeiro Estatuto. Provavelmente, o profissional responsável pelo arquivo fosse um bibliotecário tendo em vista que até então não havia o reconhecimento da profissão de arquivista.

A entidade encontrou dificuldades para instalar-se em um local próprio. No início de sua fundação, em 1905, funcionou no Liceu Paraibano, seguindo para na Assembleia Legislativa, depois para a Biblioteca Pública. Todas essas mudanças de sede em um curto espaço de meses. Segundo Luiz Guimarães (1998), esta inconstância de sede causou um comprometimento das atividades realizadas pela Casa. Tantos percalços não foram aceitos na inércia, muito se esforçaram os sócios para que o Governo do Estado ajudasse a instituição, mas essa questão demoraria a ser resolvida. Apenas em julho de 1956 finalmente o IHGP teria um endereço próprio, na então Rua Barão do Abiaí, no qual permanece até hoje.

A organização do acervo foi realizada pelo NDIHR (Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional) da Universidade Federal da Paraíba que empreendeu ações no sentido de organizar os arquivos de acordo com os princípios arquivísticos e as técnicas

adequadas à guarda e recuperação da informação. Os instrumentos de pesquisa resultantes da intervenção do NDIHR foram o catálogo, o guia, o inventário e o índice.

De acordo com Guimarães (1998), antes da existência da Universidade Federal da Paraíba, o IHGP possuía a melhor biblioteca do Estado. Depois de sua criação foi estabelecido um convênio entre as duas instituições, beneficiando ambas, pois através da pesquisa e extensão desenvolvida pelo NDIHR seriam feitas melhorias no acervo do instituto. Conseqüentemente, isso refletiria na divulgação de suas obras; por outro lado também, a universidade ganharia em produção científica, pesquisa e extensão, sendo beneficiadas as pesquisas dos professores e as atividades dos bolsistas dos cursos de História e Biblioteconomia.

Ainda segundo Guimarães (1998), em 03 de julho de 1976, o plano elaborado pelo consócio Pedro Nicodemus foi aprovado pelo Instituto. Esse plano traçava as ações interventivas necessárias para que o trabalho fosse realizado, como quadro de pessoal, classificação e descrição de obras, aquisição de livros, máquinas e material de expediente. Tudo isto só foi possível porque, mais ou menos um mês antes, José Pedro Nicodemus apresentou aos sócios do IHGP a professora da UFPB, Rosa Maria Godoy Silveira, que fazia parte do NDIHR, a qual se empenhou para que o intercâmbio entre a UFPB e o IHGP se concretizasse.

O Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional contribuiu sobremaneira para a organização do acervo documental da entidade. Os acordos firmados, e renovados ao longo dos anos, entre a Universidade Federal da Paraíba (por meio do Departamento de História) e o IHGP, visavam à organização e catalogação da Biblioteca Irineu Pinto, conforme explica Luís Guimarães (1998):

Ainda na Presidência de Antonio Freire foram firmados dois importantes convênios. Com a Universidade Federal da Paraíba renovou-se o convênio anterior, sendo incluída uma cláusula em que a UFPB forneceria funcionários habilitados para ordenar e catalogar o arquivo do Instituto, comprometendo-se também, que a Gráfica Universitária editaria semestralmente a Revista do Instituto. Como recíproca, o Instituto permitia que a UFPB microfilmasse os documentos de valor histórico arquivados no Instituto, visando a preservação do acervo cultural sujeito à destruição pela ação do tempo.

Além do convênio com a universidade, o instituto tinha convênio com o Governo do Estado. Esse convênio também não era regular, ao contrário, intermitente, conforme já

falamos em outro momento, pois, muitas vezes, o Governo do Estado queixava-se de problemas financeiros e interrompia o financiamento.

O IHGP está situado na Rua Barão do Abiaí, 64, no centro da cidade. O horário de funcionamento atualmente é das 08:00 às 12:00. O IHGP é composto de Biblioteca, Arquivo e Museu. O acervo dispõe de arquivo, biblioteca, hemeroteca, pinacoteca e museu.

O Arquivo do IHGP é intitulado como Flávio Maroja e possui cerca de 32 mil documentos de natureza privada e sua documentação está dividida em: corrente, intermediária e permanente. A responsável pelo acervo é Maria do Socorro Lacerda, bibliotecária de formação.

O Instituto apresenta 50 sócios que publicam textos nas áreas de história, geografia, genealogia, antropologia, arqueologia, etnografia, etc. Os textos produzidos foram publicados pela Revista do Instituto em períodos distintos.

O Arquivo corrente é classificado em 24 séries assim denominadas: Administração de Pessoal; Atos Normativos/ Outros Atos; Correspondência Expedida; Correspondência Recebida; Correspondência de Terceiros; Deliberações; Documentação Financeira/Imposto de Renda; Documentação Iconográfica; Documentação de Patrimônio; Documentação de Sócios; Eleição de Diretoria; Produção Intelectual; Projeto/Relatório; Promoção de Eventos; Recortes de Jornais; Dossiê Instituto Paraibano de Arqueologia e Antropologia; Dossiê Museus; Dossiê Patrimônio Histórico e Cultural; Dossiê Questão de Limites Territoriais; Dossiê Restauração Forte de Cabedelo; Coleção de Documentos Coloniais, Imperiais e Republicanos; Coleção de Documentos Privados; Coleção de Fotografias do Jornal “O Momento” e Coleção Panfletos Políticos.

O Arquivo Permanente é denominado “Arquivos Privados” e o acervo compõe a documentação de “personalidades” da elite paraibana. Os documentos foram doados pelo familiares ou pelo próprio titular do acervo. O arquivo compõe a documentação de Ademar Victor de Menezes Vidal; Alcides Vieira Carneiro; Antonio da Silva Pessoa; Antonio Pessoa Filho; João Pessoa Cavalcanti de Albuquerque; Manuel Arruda de Assis; Osias Nacre Gomes e Sebastião Sival Fernandes.

Figura 1 – Arquivo Corrente



Fonte: Elaboração própria

Figura 2 – Arquivo Permanente



Fonte: Elaboração própria

O acervo está no 2º piso do prédio disposto na sala de Coleção de Obras Raras da Biblioteca Irineu Pinto. De acordo com as normas arquivísticas, a sala não é apropriada para a guarda da documentação, pois além de dividir espaço com obras da Biblioteca, não estão

sendo cumpridos procedimentos adequados à documentação de natureza arquivística. Primeiro, a mistura de documentos de natureza e função diferentes (biblioteca x arquivo); segundo, não há procedimentos de preservação e conservação, como o controle de luminosidade, temperatura e umidade. O material está em estantes de aço devidamente identificadas e em pastas também devidamente identificadas.

Outra questão importante observada foi a ausência do profissional qualificado para trabalhar no arquivo, pois todas as intervenções técnicas na documentação foram feitas pelo pessoal do NDIHR que muito contribuíram com o arquivo. Não há nem arquivista e nem técnico de arquivo para realizar o trabalho com a massa documental existente, para fazer o controle dos procedimentos de preservação e conservação e também para empreender atividades culturais de divulgação do acervo e de sua relevância social.

O acesso à informação é feito na sala da Biblioteca (no 1º piso), com o acompanhamento dos funcionários, pois nenhum documento pode sair do Instituto, ou seja, não há sistema de empréstimo, bem como é proibida a cópia da documentação. Apesar disso, uma parte do acervo do Instituto pode ser consultado em um computador disponível no local ou acessada pelo site do Instituto (www.ihgp.net).

6. CONCLUSÃO

Diante do exposto nesta pesquisa, concluímos que o Instituto Histórico e Geográfico Paraibano tem uma grande importância como referência cultural da Paraíba desde 1905. Também não podemos deixar de enfatizar os percalços pelos quais o Instituto passou, desde a aquisição do prédio próprio até recursos para manter a publicação da sua revista.

Os problemas com financiamento de recursos continuam até os dias atuais, o que prejudica o funcionamento pleno da Casa, não apenas no que tange às publicações e difusão de seu acervo, mas também quanto à manutenção de práticas arquivísticas de seu arquivo.

Não há mais profissionais capacitados e especializados em arquivo para aplicar técnicas arquivísticas adequadas. A rotina de tratamento arquivístico só não está prejudicada porque as contribuições legadas pelo NDIHR até hoje norteiam o cuidado com a documentação. Os instrumentos de pesquisa muito auxiliam os que buscam recuperar uma informação para uma provável pesquisa em seu arquivo permanente e o manual de serviço deixado, instrui sobre como organizar a documentação nas devidas pastas.

Atualmente, é uma bibliotecária a responsável pelo arquivo e embora procure fazer o melhor para manter o Arquivo, seus esforços são insuficientes, pois esbarram no já citado problema de recursos. Sem recursos financeiros, não há material e pessoal especializados para realizar as atividades.

A falta de arquivistas demonstra a problemática a qual os arquivos e os profissionais estão expostos ainda, mesmo com a constante luta pelo reconhecimento da importância social dos arquivos e da profissão e do trabalho por eles desenvolvido. Enquanto a sociedade não entender que o arquivo é patrimônio dela própria não haverá avanço, pois sabemos que o arquivo deve servir a sociedade e o arquivista apenas será o elo que liga essas duas pontas.

Buscamos lançar um olhar sobre o Instituto Histórico e Geográfico Paraibano com foco na Arquivologia e tentamos compreender como o acervo da instituição está organizado quanto às rotinas arquivísticas. Outros dois colegas deste Campus também lançaram seus olhares sobre o arquivo do IHGP, porém em perspectivas diferentes, portanto esperamos ter de alguma forma contribuído para a divulgação e conscientização da importância do acervo ali guardado e de como as pesquisas desenvolvidas por seus membros foram determinantes para a construção de uma História da Paraíba.

THE HISTORICAL AND GEOGRAPHICAL INSTITUTE PARAIBANO: Looks of the Arquivologia on a local archive

ABSTRACT

The Brazilian Historical and Geographical Institute was created in 1838 to build a Brazilian history. Another important focus of such an institution was to find out the structural bases of Brazilian cultural identity. For this purpose, it was necessary to establish similar institutions, throughout the Brazilian territory, to investigate the origins of the Brazilian people, thus constructing a single history, making this nation unique and cohesive. One of these institutions was the Paraibano Historical and Geographic Institute, which for many years was the most important historical-cultural production center in Paraíba. The purpose of this research was to report on the current archives of this institute, as well as to observe which archival practices are being applied or even absent. Our methodology was the mapping of the archival practices of the paraibano institute from the collection, the professionals and the space of the institution. Finally, we find that the archive still presents some problems, such as the lack of the professional archivist and technical procedures for the preservation and conservation of the stock. This shows that there is still much to be done in terms of valuing the skilled professional to carry out archival work, archival practices and awareness of the importance of archives to society.

Keywords: Historical institutions. Archive of the IHGP. Archival practices.

REFERÊNCIAS

ARQUIVO NACIONAL. **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. 232 p. (Publicações Técnicas, 51)

BARBOSA, Cônego Florentino. **Instituto Historico e Geographico da Parahyba: A sua fundação em 7 de setembro de 1905**. In: Revista do IHGP, João Pessoa, Vol. 9, 1937.

BRASIL. **Lei 8.159, de 08 de janeiro de 1991**. Disponível em: <http://www.conarq.gov.br/coletanea-da-legislacao-arquivistica-e-correlata.html>. Acesso em: 15 out 2017.

CONARQ. **Coletânea da Legislação Arquivística e Correlata**. Janeiro 2017. Disponível em: <http://www.conarq.gov.br/coletanea-da-legislacao-arquivistica-e-correlata.html>. Acesso em: 15 out 2017.

DIAS, Margarida Maria Santos. **Intrepida ab origine: O Instituto Histórico e Geográfico Paraibano e a produção da historia local**. João Pessoa: Almeida Gráfica e Editora Ltda, 1996.

ESTATUTO DO IHGP. Revista 01, 1909.

GUIMARÃES, Luiz Hugo. **História do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano**. João Pessoa. Editora Universitária, 1998, 300p.

GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. **Nação e Civilização nos Trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional**. In: Estudos Históricos. Rio de Janeiro. Nº1, 1998. P. 5-27

LIMA FILHO, Acacio Vaz. **O Positivismo e a República**. São Paulo, 2004.

PAES, Marilena Leite. **Arquivo: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

MARIZ, Celso. **O Instituto Histórico na evolução cultural da Paraíba**. In: Revista do IHGP, João Pessoa, Vol 13, 1958.

REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 8ed, 2006.

SILVA, Ataídes Casimiro. **Uma análise da Revista do IHGP (1909-1993)**. In: Revista do IHGP. João Pessoa, n. 31, 1999.